

Narrativas da paisagem como documentação patrimonial urbana e arquitetônica: o caso de Parnaíba [PI]

DOI: 10.20396/labore.v15i00.8665551

Dossiê Documentação do Patrimônio Cultural

Comitê Nacional Científico de Documentação do Icomos Brasil

Isis Meireles Rodrigues Sampaio

<<https://orcid.org/0000-0001-6757-679>>

Universidade Federal de Minas Gerais /Minas Gerais [MG] Brasil

Celina Borges Lemos

<<https://orcid.org/0000-0001-8717-8095>>

Universidade Federal de Minas Gerais /Minas Gerais [MG] Brasil

RESUMO

Este trabalho trata das dimensões material e imaterial da paisagem urbana e ambiental, fruto da polaridade entre o centro antigo e a crescente expansão urbana que ocorre no cotidiano das cidades contemporâneas. O objetivo geral é compreender quais narrativas da paisagem emergem do patrimônio arquitetônico e urbano local e de que forma as mesmas interferem na salvaguarda do patrimônio no conjunto analisado. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa histórica e documental, na Teoria da Paisagem e suas narrativas e na Teoria das Representações Sociais. O aporte teórico utilizado passa por autores como Bourdieu (1991) (2001); Choay (2017); Moscovici (2015) e outros. Espera-se, a partir dos resultados encontrados, refletir sobre os caminhos possíveis para uma gestão e salvaguarda mais eficaz do patrimônio no século XXI.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem. Patrimônio. Parnaíba. Representação.

Landscape narratives as urban and architectural heritage documentation: the case of Parnaíba [state of Piauí, Brazil]

ABSTRACT

This work deals with the material and immaterial dimensions of the urban and environmental landscape, the result of the polarity between the old center and the growing urban expansion that occurs in the daily lives of contemporary cities. The general objective is to understand which landscapes narratives emerge from the local architectural and urban heritage and how do they interfere in safeguarding the heritage in the analyzed set? The methodology used is based on historical and documentary research, the Theory of Landscape and its narratives and the Theory of Social Representations. The theoretical contribution used by authors such as Bourdieu (1991) (2001); Choay (2017); Moscovici (2015) and others. Based on the results found, it is expected to reflect on the possible paths for a more effective management and safeguarding of heritage in the 21st century.

KEYWORDS

Landscape. Heritage. Parnaíba. Representation.

1. Introdução

A cidade de Parnaíba localiza-se na porção litoral do Estado do Piauí, região nordeste do Brasil. Atualmente, estima-se sua população em 153.078 (cento e cinquenta e três mil e setenta e oito) habitantes com dimensão territorial de 435,942km, sendo a segunda maior do estado (atrás apenas da capital, Teresina) (IBGE, 2018).

Parnaíba tornou-se uma das cidades mais relevantes da microrregião do litoral Piauiense (IBGE, 2018). A proximidade com o Rio Igarauçu garantiu a localização da Vila de São João da Parnahyba em 1762, originando a cidade em 1844. O desenvolvimento econômico parnaibano baseou-se na função de entreposto comercial, permitindo trocas com as regiões vizinhas além de intercâmbio e exportações internacionais (Silva Filho, 2007). Atualmente a cidade tem buscado explorar o potencial turístico ocasionado pelas belezas naturais (turismo ecológico) e também pela relevância de seu centro histórico. Dessa forma, o turismo, com ênfase no turismo cultural, apresenta-se como opção de desenvolvimento econômico local. Todavia, esse recurso permanece pouco explorado no contexto contemporâneo da cidade.

O centro histórico de Parnaíba encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A proteção do conjunto foi aprovada em reunião do Conselho Consultivo do IPHAN realizada no dia 11 de setembro no ano de 2008 (IPHAN, 2008) e a inscrição no Livro do Tombo Histórico foi homologada em junho de 2011 (IPHAN, [2011?]). Divide-se em cinco setores distintos e possui cerca de 830 imóveis na região do perímetro de tombamento (IPHAN, 2008). O valor de excepcionalidade do conjunto tombado reside na diversidade de tempos, usos, formas construtivas arquitetônicas e urbanas existentes em cada um dos subconjuntos. O Tombamento de Parnaíba justificou-se, conforme Pereira (2016, p. 60) “pela sua valorização enquanto parte de uma rede de cidades capaz de concatenar o processo de ocupação do território no interior do Brasil”.

A escolha do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como recorte espacial dessa investigação deu-se por o mesmo ser parte integrante da Paisagem Urbana Histórica de uma cidade de potencial turístico e econômico para o Piauí e vizinhança. Aqui, entende-se por Paisagem Urbana Histórica a definição utilizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (2011) no preâmbulo de “Recomendações sobre a paisagem histórica urbana” que a considera resultado da sobreposição de valores e atributos culturais e naturais de um local, estendendo o contexto urbano para além de seu centro histórico.

Passados mais de dez anos de tombamento do objeto de estudo, observa-se que o estado de conservação e usabilidade das edificações pouco evoluiu, apresentando perdas no conjunto tombado apesar da aplicação do instrumento legal máximo de proteção disponível na federação. O mesmo ocorre em outros sítios pelo Brasil. Diante da dificuldade contemporânea de salvaguardar e preservar efetivamente o patrimônio, como seria possível analisar criticamente uma paisagem dotada de patrimônio tombado frente à realidade do cotidiano?

Assim, a presente pesquisa possui como ponto inicial de investigação a compreensão da construção da paisagem e as narrativas do espaço histórico urbano e cultural. Portanto, o questionamento central do trabalho perpassa o conhecimento sobre: Quais as narrativas da paisagem emergem do patrimônio local e de que forma as mesmas interferem na salvaguarda do patrimônio no conjunto analisado?

Utilizou-se a metodologia de abordagem exploratória, com a pesquisa histórica e documental, além da revisão e construção do aporte teórico sobre o objeto de estudo, utilizando-se das teorias de representações sociais e da paisagem, observando suas vinculações com temas como identidade, memória e patrimônio material e imaterial. Também se realizou pesquisa iconográfica e levantamento histórico sobre o recorte espacial do trabalho.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa se faz necessário retomar as definições de alguns termos fundamentais aqui utilizados. O primeiro deles refere-se à Cultura. A origem da palavra cultura faz alusão ao processo de cultivar, criar. Em meados do séc. XVIII, cultura distinguia as realizações do homem em relação ao mundo natural. “‘Cultura’ significava aquilo que os homens podem fazer” (Bauman, 2012, p. 12) Dessa forma, pode-se entender cultura com um sentido de permanência, realizado através da transmissão (cultura como educação). Assim, cultura significa, para autores como Moura (2009, p. 12) “o horizonte que torna possível a materialização do gênio humano”, ou “suporte de uma vivência concreta”. Cultura pode também ser definida como forma de expressão da ideia de pertencimento expressa no cotidiano. A vida

cotidiana constitui realidade interpretada pelos homens e dotada de sentido de maneira subjetiva. O senso comum torna-se aquilo que se partilha na vida cotidiana e o conhecimento distribui-se socialmente pelos indivíduos (Berger & Luckmann, 2008).

Assim como o termo Cultura, o vocábulo Paisagem também apresenta múltiplos significados e interpretações. Considera-se paisagem o campo de visão do observador ou porção de terra específica de um tipo de forma ou determinada aparência. Entretanto, no campo socioespacial, a definição do termo atinge o campo das relações sociais e interações que ocorrem entre o meio social e natural (Lopes, 2013, p. 46).

Dentro dessa experiência multissensorial, encontram-se também as sociabilidades e práticas sociais existentes no espaço. Isso porque, as práticas sociais em diferentes temporalidades produzem espaço. Essas formas produzidas pelo homem em um contexto específico geram uma conformação compreendida como paisagem, que reúne elementos a natureza e da produção humana. Para Santos (2007, p. 66) “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Pode ser o conjunto dos elementos que distinguem um lugar ou ainda vários tempos presentes em sobreposição. A paisagem, mais do que apenas uma ancoragem espacial, possibilita interpretar os acontecimentos de um local (Potteiger & Purinton, 1998).

A arquitetura que compõe a paisagem integra a memória por sediar os acontecimentos e assim essa memória coletiva se espelha na transformação do espaço realizado pela coletividade. A paisagem, portanto, não pode ser considerada em sua totalidade, mas apenas como parte integrante de algo maior, delimitado pela sociedade e pelo espaço (Santos, 2007).

Em relação à paisagem e ao meio ambiente, longe de considerá-la apenas mero enquadramento visual, interessa para a presente pesquisa os valores nela imbricados e relacionados à ação humana no lugar e no tempo. Sobre isso, Serrão (2005) afirma:

Se a paisagem pode ser visualmente 'recortada' e o território trabalhado, o lugar é a base de vida modelada pelo curso temporal das comunidades autóctones e que apenas subsiste devido à tradição, ou seja, à permanência das formas humanas de vida que dele cuidaram (Serrão, 2005, p.6).

Logo, a dimensão simbólica dessa paisagem revela tradições e permanências ao mesmo tempo em que se costuram rupturas e modificações próprias das evoluções e desenvolvimentos sociais. Assim, a relação das pessoas com o lugar ou as representações acerca de determinada paisagem revelam mais que o simples enquadramento visual de determinada região.

Apesar do hábito de se relacionar a paisagem como plano de fundo dos acontecimentos sociais ou simples espaço de contemplação natural, a paisagem, por si mesma, também tem a capacidade de desenvolver narrativas. Isso encontra-se relacionado com as experiências, memória e outros aspectos intangíveis do espaço.

Dessa forma, a paisagem constitui uma narrativa com a qual se interpreta os processos e eventos de determinado lugar. Conhece-se bem um lugar quando se reconhece sua história (Potteiger & Purinton, 1998). Nesse conceito encontra-se o cerne da presente pesquisa visto que se relaciona diretamente com as relações e agentes de produção do espaço anteriormente mencionados (identidade, memória, representações, práticas sociais) e que atuam sobre as narrativas implícitas nas paisagens.

As representações podem ser consideradas como um conjunto de valores, ideias e práticas utilizadas para ordenar socialmente um grupo, facilitando sua comunicação (Sammut et al., 2016). Para auxiliar no esclarecimento das problemáticas apontadas na presente pesquisa, recorreu-se à teoria das Representações Sociais. Como precursor desta análise, Serge Moscovici (1961), no campo da Psicologia Social, muito contribuiu para esta abordagem. O autor aborda as relações de significações criadas pelos integrantes de determinada sociedade. Assim, quando um objeto se torna um signo abstrato, esse pode existir para além do plano físico, na imaginação e na memória, sendo dotado de significação pelo indivíduo. Isso ocorre não apenas em elementos singulares, mas por todo o ambiente ou conjunto. Esses valores serão alvo de investigação por essa pesquisa.

A salvaguarda e preservação do patrimônio permanece como um desafio para a gestão das cidades no Brasil. Nota-se a existência de uma rede de tensões entre o antigo e o novo no desenvolvimento da paisagem e do território urbano em cidades que possuem regiões tombadas. Problemas como esvaziamento, arruinamento,

descaracterização, insegurança e abandono são frequentes em muitos desses locais. Em Parnaíba, a realidade não se encontra diferente. Em visita in loco, é possível observar diferentes problemáticas na região do sítio histórico, com destaque para o estado de conservação das edificações, muitas vezes em ruínas e a existência de um acelerado processo de descaracterização. Tal processo decorre, muitas vezes, em virtude de interesses econômicos advindo do predomínio atual da função comercial no lugar.

A problemática da conservação, portanto, é uma das questões norteadoras do presente trabalho, mas não apenas a única. A documentação do patrimônio encontra-se tradicionalmente vinculada à documentação dos projetos, das características tipológicas, de materiais e construtivas, entretanto, nessa pesquisa, busca-se discutir uma outra maneira de documentar e preservar os bens patrimoniais: o entendimento e conhecimento das narrativas da paisagem. Dessa forma, espera-se contribuir para esse debate, buscando novos caminhos para salvaguarda, proteção e documentação do patrimônio.

2. Cotidiano, patrimônio cultural urbano e representações sociais

O significado de “cotidiano” para autores como Lefebvre (1991) advém da filosofia e designa as atividades não apenas do homem, mas também de todos os seres vivos, enquadrados no mundo e no universo e que não se resume apenas à representação e classificação das coisas/objetos. Conforme Lahlou (2016) o cotidiano pode ser considerado a essência do desenvolvimento cultural uma vez que as novas gerações encontram a experiência das gerações anteriores que estão armazenadas no ambiente. Desse modo, a vida cotidiana detém tanto do equilíbrio como a revolução, esta, por sua vez, insurge quando os sujeitos são impedidos de exercê-la (Lefebvre, 1991).

A vida cotidiana também auxilia a expor o estilo de determinada época, uma vez que ressalta a existência vivenciada pela coletividade (Maffesoli, 1995). Nesse sentido, o cotidiano constituiria uma rede onde todos os elementos são importantes e só fazem sentido quando na globalidade. Entretanto, ao se olhar para o plano da participação individual, tal fato se dá de maneira limitada, visto que não se consegue participar inteiramente de todos os elementos que constituem determinada cultura (Laraia, 2017). Além disso, os comportamentos dos indivíduos são herança de modos de vida e advém da posição desse sujeito na sociedade.

A cultura também apresenta as chamadas “divisões culturais”. Essas diferenças podem vir expressas, por exemplo, no entendimento da cultura popular em distinção à cultura formal. Ao se considerar a cultura como diferenciação entre classes de dominados e dominantes, a cultura popular seria uma elaboração das classes populares, que pode atuar como repetição ou contestação moldada pelo contexto histórico e pelas formas de organização populares (Chauí, 2008). Nesse sentido, para Canclini (2015), popular retrataria as expressões da classe dominada enquanto a cultura considerada legítima, seria a determinada pelos detentores de maior capital cultura, ou seja, a elite dominante.

Ao longo dos anos, essa dicotomia entre dominantes e dominados se refletiu no alcance das manifestações culturais. Entretanto, nas últimas décadas se observa o fenômeno de hibridização da cultura. Tal processo, para Canclini (2015) compreende processos socioculturais antes separados se unem para formação de novos elementos e práticas. Tais processos surgem no cotidiano e encontram-se acentuados pelo desenvolvimento tecnológico e pelos processos de globalização.

A globalização também produz um efeito de redução do espaço tempo social. Ela ocasiona o que Chauí (2008) aponta como perda do sentido da cultura como ação histórica. Para Castells (2016, p. 498), a globalização engendra uma cultura não mais ancorada na identidade de um local ou sociedade e sim subsidiada no internacional, leva à criação de símbolos abstratos e aculturais. Essa discussão se faz pertinente para a compreensão do objeto de estudo e entendimento das dinâmicas contemporâneas de apropriação do espaço edificado bem como a forma atual de uso (ou consumo) de locais considerados como ‘culturais’.

Atualmente, em locais históricos, espera-se que o capital cultural se encontre vinculado ao potencial desenvolvimento econômico do lugar. Nessa perspectiva, o IPHAN efetuou no início do sec. XXI diversos tombamentos de cidades históricas. Esse sentido de preservação de áreas maiores juntamente com demarcações de áreas de transição e entorno encontra-se sob influência do desenvolvimento teórico de autores como Giovannoni (1873-1947), cujo pensamento consolidou-se ao longo do sec. XX. Giovannoni defendeu a conservação da cidade e do tecido urbano de maneira ativa em detrimento à perspectiva museológica ou contemplativa (Choay, 2011). Arantes (2006) considera adequado o retorno dessa noção

totalizante de patrimônio e ambiente visto que ela permite refletir sobre os valores que levam os cidadãos a reconhecerem determinado patrimônio como “lugar” dotado de sentido e não apenas cenário sem relação com as práticas sociais ali desenvolvidas.

Dessa forma, o tombamento dos conjuntos dotados de patrimônio cultural em Parnaíba expressou um reconhecimento político de um capital cultural, patrimonial urbano e também arquitetônico. Se fez necessário oficializar o status de patrimônio cultural não em bens isolados como ocorreu em tempo anteriores e sim em uma porção significativa do território, não limitada à centralidade ou ao núcleo original.

Nesse sentido, o estudo sobre o Conjunto histórico e paisagístico de Parnaíba, auxilia na compreensão e entendimento sobre as perspectivas de preservação do patrimônio contemporâneas pautadas nos seguintes questionamentos realizados por Giovanni e apresentados por Choay (2009):

Como fazer coexistir, sem nostalgia nem amálgama em benefício de uma ou de outra, duas entidades de escalas incompatíveis, a cidade antiga, tesouro da memória e das raízes, e a cidade moderna, ou antes, segundo a terminologia de Giovannoni, o ‘organismo urbano a devir’? (Choay, 2009, p.194).

De tais observações surgem outras indagações: Teriam o casario e a paisagem urbana tombadas em Parnaíba se tornado aculturais na contemporaneidade, à semelhança do fenômeno relatado acima por Castells (2016)?

Para Castells (2016), a comunicação é fator determinante para existência de cultura. Logo, o termo “aculturado” utilizado pelo autor não se refere à ausência de cultura, mas sim à perda do valor de origem que ocorre quando essa cultura, materializada nos símbolos ou monumentos, perde a sua ambiência. E o que seria essa ambiência cultural no caso de Parnaíba? Conforme mencionado, as funções para as quais esse patrimônio foi construído caíram em desuso ou encontram-se adormecidas na maior parte do perímetro de proteção, incluindo as margens do Rio Igarauçu. A ambiência cotidiana desse local encontra-se enfraquecida e de maneira simultânea não se observa no local, por parte do poder municipal, nenhum projeto de dinamização para a área preservada. No âmbito estadual, existem algumas reestruturações pontuais, as margens do rio que, de maneira geral, são pouco exploradas econômica e socialmente.

Compreende-se o patrimônio não como uma certificação perene, mas como capital social que se acumula, reestrutura, rende e muitas vezes é utilizado de maneira desigual entre os setores (Canclini, 2015). Entrementes, em Parnaíba, essa discussão não se dá dessa forma. O estudo in loco sugere que amiúde o capital cultural não se transmuta em dividendos. Os setores empresariais e públicos não encontraram caminhos para dinamização efetiva desse patrimônio. No campo do planejamento urbano, não se verificam ações de promoção ou “city marketing”¹ desse capital cultural. Deve-se pontuar também que a relação de um grupo com o patrimônio não se limita à posição econômica do indivíduo na sociedade visto que um sujeito pode reagir de maneira indiferente aos bens patrimoniais quer pertença ele às camadas economicamente privilegiadas ou às menos favorecidas, de maneira circunstancial. A relação de salvaguarda ou indiferença mostra-se pendular e diretamente relacionada com a inexistência ou presença de memória afetiva do sujeito com o lugar. Dito isso, não se pode atribuir assertivas sobre essa separação de formas de representação social visto as condições especiais desse patrimônio comunal.

Na sociedade atual, Castells (2016) aponta problemas culturais em relação ao espaço arquitetônico. “O abandono da experiência, história e cultura específica para a formação de significado está levando à generalização da arquitetura a-histórica, acultura.” (Castells, 2016, p. 500). Ressalta-se que o aculturalismo encontra-se não apenas no patrimônio passivo e esvaziado de relações sociais, mas também naquele cujas intervenções se afastam da vocação desses bens ou se descolam da cotidianidade do lugar.

Aprofundando-se em relação às práticas sociais, sabe-se que a conduta humana sempre foi alvo de investigações e pesquisas. Diferentes ações geram diferentes respostas em contextos culturais distintos. Isso porque o homem é um ser fundamentalmente social e seu comportamento não é ditado apenas pela genética, mas antes por respostas às interações e estímulos sociais que ocorrem no encontro social.

Cada sujeito detém uma função em um conjunto maior de normas e objetivos comuns que determinam a sociedade em que se encontra inserido. No contato de uns com os outros, os homens aprendem como

¹ City Marketing, segundo Pinto (2001, p. 21): “(...) é uma promoção da cidade que objetiva atingir os seus próprios habitantes bem como os possíveis e eventuais investidores, que busca a construção de uma nova imagem da cidade, dotada de um forte impacto social.”

proceder (ou responder) a situações determinadas. Tais situações são ensinadas e repassadas de maneira simbólica e assimiladas pela decodificação de um sistema de significados desenvolvido por essa sociedade. Esses significados, respostas, ações e decodificações foram estudados ao longo dos anos por diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Psicologia Social e Psicanálise, entre outras interessadas no comportamento humano (Sammur et al, 2016). Nesse contexto insere-se a Teoria das Representações sociais.

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici (1961/1976), na França, a partir da publicação de *La Psychanalyse: Son image et son public*. Em seu trabalho, Moscovici desenvolve pesquisas de opinião baseadas em questionários e entrevistas buscando as informações que circulavam entre as pessoas acerca dos seus temas de análise (Farr, 2013).

O significado da palavra “representação” é diverso e denota a imagem que se concebe do mundo ou de um objeto. Em termos psicológicos, é considerada uma elaboração intencional que possui formulações que se encontram na esfera científica, estatística, política e mental (Bauer, 2016). Para Sammut (2016, p. 104, tradução nossa)²: “Usada como um verbo, ‘representação social’ refere-se a um processo de representar ‘socialmente’, enquanto como substantivo, refere-se a algum produto de representação, cujo conteúdo é possível estudar.” Chartier (1990) chama a atenção para esses dois significados:

As definições antigas do termo (por exemplo, a do dicionário Furetière) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. (Chartier, 1990, p.20)

Para Minayo (2013, p. 73) “Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento.” A representação, segundo Lefebvre (1983), possui significado em diferentes esferas (política, científica, mundana, estética e filosófica). O conceito surge tanto em condições históricas quanto particulares das esferas do conhecimento ou da ciência. “A representação é, pois, apresentação, mas debilitada e também oculta” (Lefebvre, 1983, p. 19, tradução nossa)³.

Representar é uma ação constituída e construída de uma relação seja ela mental, comunicativa ou de matéria, onde pensamentos, comportamentos e símbolos são usados na relação. Segundo Bauer (2016) “x” representa “y” e o elemento “y” pode existir na realidade ou não.

Conforme Bauer (2016, p. 50, tradução nossa)⁴: “A contribuição conceitual da teoria das representações sociais para a psicologia social em geral é destacar e guiar a análise de grupos sociais como um jogo de atuação envolvendo o ‘como se’ do senso comum, mentalidades e conhecimento vernacular.” Encontra-se, portanto, vinculada à cultura e à historicidade (Jodelet, 2017). Além disso, Moscovici (1961) reconhece as representações sociais não apenas como um conceito e sim, como um fenômeno diretamente relacionado aos processos sociais inscritos como diferenciações do grupo ou sociedade (Duveen, 2015).

Verifica-se que uma das funções primordiais das representações sociais é o estabelecimento de significados que originam sistemas de conhecimento que, por sua vez, desencadeiam certas práticas sociais de determinado grupo em um espaço de tempo definido. Dessa maneira, objetos, pessoas, acontecimentos e condutas se tornam familiares e compartilhadas pelas práticas sociais, como um guia de interação social ou conjunto de ideias e crenças que facilitam/permitem a comunicação (Sammur et al., 2016).

Para Moscovici (1961) as representações sociais podem ser entendidas como estruturas cognitivas organizadas num corpo de conhecimento e em múltiplas dimensões, definido o corpo como aglomerado de elementos com que os sujeitos se conectam e estabelecem relações (Moliner & Abric, 2016). Em Parnaíba, as representações sociais serão analisadas a fim de perscrutar seu papel na construção das identidades, história e memória do lugar. O entendimento da experiência do espaço vivido pelos sujeitos também

² “Used as a verb, ‘social representation’ refers to a process of representing ‘socially’, while as a noun, it refers to some product of representation, whose content it is possible to study”.

³ La re-presentación es, pues, presentación, pero debilitada y aun ocultada.

⁴ “The conceptual contribution of the theory of social representations to social psychology at large is to highlight and to guide the analysis of social groups as a serious pretend play involving the ‘as if’ of common sense, mentalities and vernacular knowledge.”

contribuiu para clarificar os significados sociais e temporais locais, a partir das representações sociais ali encontradas.

3. Paisagem cultural e turismo: narrativas em construção

O termo paisagem encontra-se relacionado às formas e composições existentes sobre a terra (Cosgrove, 2004). É um termo cujas origens remontam ao período do Renascimento e que conota uma relação do homem e o meio.

Para Berque (2004) a paisagem materializa de maneira concreta o sentido social da relação do espaço e o meio ambiente natural. “Existe, em primeiro lugar, na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica [...] A explicação ultrapassa decididamente o campo do percebido.” (Berque, 2004, pp. 84-85). A paisagem demonstra de maneira concreta a relação existente entre espaço, natureza e sociedade.

Paisagem constitui forma de expressão de uma sociedade. Sua articulação com o termo cultura é expressa uma vez que é o capital cultural que permite a decodificação e articulação entre o mundo imaginário e a realidade concreta (Dollfus, 2004). Já para Sauer (2004), paisagem corresponde a um agrupamento de diversas formas simultaneamente culturais e físicas.

Segundo Santos (2016), para definir um território, deve-se considerar a relação inseparável entre materialidade (natureza), ação humana (trabalho e política). Ou seja, enquanto portadora de significados, a paisagem expressa a dimensão simbólica da sociedade (Correa & Rosendahl, 2004, p. 8) A paisagem encontra-se carregada de significados. Para Cosgrove (2004, p. 108) “Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem.”. A compreensão desses significados perpassa o domínio da cultura, da linguagem, da decodificação dos símbolos existentes e do entendimento das representações sociais.

Portanto, a decodificação da paisagem não se trata apenas da visão ou das sensações. É necessário domínio da cultura para compreendê-la. Berleant (1997, p. 14, tradução nossa)⁵ afirma: “Além do mais, não somos perceptores puros dos sentidos, e a experiência não é apenas sensação. Formas sociais e padrões culturais nos equipam com os meios para ordenar e compreender as ocasiões na qual estamos envolvidos.”

A paisagem cultural encontra-se, em constante processo de evolução, modificação e substituição, sendo tão dinâmica quanto são as dinâmicas culturais do local. Dessa forma, para Pottéiger e Puriton (1998, p. 19, tradução nossa)⁶ “as narrativas da paisagem encontram-se implícitas na paisagem, inscritas em processos naturais e práticas culturais”.

Os elementos do ambiente construído, como edifícios e ordenamentos urbanos aliados aos elementos naturais que compõem determinada paisagem são itens fundamentais de consumo do espaço turístico, além de agente produtor do mesmo. Juntam-se a esses agentes modeladores da paisagem, as representações vinculadas às dimensões do simbólico e do imagético (Paiva, 2017).

Destaca-se que a paisagem concilia valores culturais, econômicos e sociais ainda mais expressivos no sec. XXI (Pereira, 2016). Preservar significa também compreender economicamente as possibilidades de determinado local. O tombamento de muitas cidades no nesse início de século tinha, para além da preservação e conservação do patrimônio, a intenção de catalisar o desenvolvimento econômico a partir da dinamização do turismo.

Para Cruz (2007), o conceito de turismo é impreciso, ambíguo e historicamente relacionado aos conceitos de lazer e viagens. A dificuldade de conceituar o termo é expressa por Simão (2006, p. 63-64): “Encontram-se, assim, diversas definições de turismo, poucas com conteúdo que realmente represente a multiplicidade e complexidade do fenômeno social que gera uma série de efeitos sobre o meio ambiente, de caráter econômico, social, cultural ecológico e político.”

⁵ Moreover, we are not pure sense perceptors, and experience is not solely sensation. Social forms and cultural patterns equip us with the means for ordering and grasping the occasions in which we are involved.

⁶ “Narratives are already implicit to landscapes, inscribed by natural process and cultural practices.”

Entretanto, a inserção da perspectiva turística muitas vezes acarreta perturbações para a população residente e interferências, nem sempre positivas, na própria preservação dos sítios históricos (Simão, 2006).

Para os núcleos urbanos preservados, a introdução da atividade turística de maneira espontânea e a inexistência da apropriação pela população local podem resultar na depredação do patrimônio cultural ou, talvez, na total descaracterização da cultura local (Simão, 2006, p. 70).

A efetividade do beneficiamento econômico de um território turístico pressupõe o reconhecimento e valorização do potencial urbano, ambiental e cultural. Deve-se entender que essas categorias implicam no comprometimento e envolvimento da população do lugar (Simão, 2006), por isso a relevância da presente pesquisa.

4. Parnaíba: construções, representações e narrativas na paisagem

Compreender os aspectos e influências culturais e econômicas torna-se fundamental para o entendimento da paisagem cultural de determinado local. O presente item busca abordar os reflexos e interferências do desenvolvimento econômico na construção da paisagem urbana histórica parnaibana e sua relação com o cotidiano, as representações e narrativas que dela emergem.

A formação econômica piauiense encontra-se atrelada às atividades de pecuária principalmente no interior do estado. A partir dela foi possível o desenvolvimento do comércio extrativista e exportador na região, inicialmente com a produção de charque e posteriormente de matérias primas como a borracha e a cera de carnaúba. Esses materiais eram bastante requisitados pela industrialização europeia e americana em pleno desenvolvimento, sobretudo no início do séc. XX.

Nesse cenário, o rio Parnaíba atuou como importante meio de escoamento dessa produção que saía para águas internacionais do entreposto comercial instalado às margens do Rio Igarapu, um de seus braços (Rego, 2010). Assim, Parnaíba desenvolveu-se até meados do séc. XX baseada nas funções extrativistas e de exportação e importação de produtos animais e vegetais por meio da navegação fluvial.

Até a primeira metade do séc. XX, em Parnaíba, houve um desenvolvimento econômico próspero e intenso diálogo internacional advindo desse comércio de importação e exportação de mercadorias. A produção econômica permitiu que múltiplas influências permeassem os hábitos de vida e às construções, baseados principalmente nos modelos europeus. O município litorâneo chegou a ter receita maior que a da própria capital, Teresina, nesse período (Almanaque Da Parnaíba, 1995). Parnaíba tornou-se referência de desenvolvimento econômico e social não apenas no âmbito local, mas também nacionalmente.

Nesse ínterim houve a abertura de diversas firmas de representações comerciais estrangeiras e com elas a acomodação dessas famílias na cidade. Dentre as mais representativas tem-se a família inglesa Clark, proprietária da Casa Inglesa, importadora de bens como tecidos. A residência familiar localizada à Av. Getúlio Vargas, edificada no séc. XIX e remodelada em 1920 permanece como símbolo de poder econômico até os dias atuais. Além da presença inglesa, Parnaíba também recebeu influência francesa a partir da presença de famílias como os Jacob, proprietários de empresa comercial exportadora conhecida como Casa Marc Jacob. De acordo com Sousa (2018) muitos dos estrangeiros que se instalavam em Parnaíba possuíam o status de vice-cônsul, o que garantia a esses comerciantes posição social para tornar-se referência para a cidade.

Sabe-se que os padrões e formas culturais e sociais interferem no ordenamento e compreensão do espaço (Berleant, 1997). Dessa forma, a presença estrangeira proporcionou reflexos em relação à urbanização e embelezamento da cidade de Parnaíba, que, graças a prosperidade econômica do momento, tornou-se mais acelerada durante o apogeu da economia extrativa. (Rego, 2010).

O antigo Porto Salgado deu início à via urbana e também à instalação das primeiras edificações, situadas à Rua Grande, atual av. Getúlio Vargas, eixo estruturador do núcleo urbano inicial. Nessa região, destacam-se os sobrados (construções com um ou mais pavimentos) coloniais, cuja presença já se verificava desde o séc. XIX, segundo a cartografia da época (Cavalcante, 2021). Ali também se observam edificações decoradas com influências estilísticas europeias, uma forma se diferenciar das demais construções locais, sobretudo as de cunho comercial como os casarios coloniais e os armazéns do porto, denotando a riqueza e o poder das famílias da região (Rego, 2010).

A partir da forte vocação econômica, vê-se emergir em Parnaíba uma elite comercial com interesse em desfrutar de uma ambiência urbana mais próxima aos cenários existentes em outras metrópoles, diretamente influenciada pelos padrões estéticos e de sociabilidade estrangeiros (Silva, 2012). Isso porque as representações sociais estabeleciam significados que por sua vez eram expressos pelas práticas sociais. Hábitos, condutas e o usufruto cotidiano dos lugares elucubravam as ideias e crenças trazidas pelas famílias que ali se estabeleciam.

Novas tipologias e programas arquitetônicos foram inseridos na cidade, principalmente os setores de lazer e entretenimento como por exemplo a inauguração do cine teatro Éden, fundado por libaneses em 1924 (Rego, 2010) e dos *Night clubes* e cassinos. Junto a isso havia o próprio flunar pela cidade, especialmente pelas praças públicas e a prática de esportes importados como o *Foot-ball*.

Como centro e espaço contínuo das sociabilidades cotidianas da cidade nesse período, tem-se como principal palco do coletivo a Praça da Graça⁷. O local que inicialmente era composto por duas praças, largo da matriz e largo do rosário em alusão às duas igrejas existentes no local, possuía uma configuração distinta da que permaneceu na atualidade e é identificado em muitos relatos locais como local de encontros, fruição e palco dos principais rituais cotidianos.

Alguns historiadores denominam esse período de abertura e desenvolvimento econômico de Belle Époque parnaibana (1930-1950), em comparação ao período de prosperidade econômica e social vivenciado na Europa alguns anos antes (Silva, 2012).

O período conhecido como Belle Époque na Europa, ocorrido entre o final do sec. XIX e a Primeira Guerra Mundial consolidou a introdução de novos serviços urbanos, avanços que alteraram significativamente a vida cotidiana nas cidades. O espaço torna-se protagonista do cotidiano urbano. Essa atitude de valorização do meio urbano era própria da modernidade que acontece a partir da segunda metade do sec. XVIII. Nesse período acentuou-se nas sociedades o fascínio pelo espaço urbano e há uma valorização gradual dos espaços públicos. Dessa maneira, tem-se a ampliação das reformas e melhorias na paisagem urbana, agora entendida como palco dos rituais sociais cotidianos e espaço complementar da moradia. Há uma ampliação da dimensão do cotidiano, especialmente na busca do prazer e da fruição dos lugares.

Em Parnaíba, essas referências, apesar de chegarem de maneira um pouco mais tardia, se consolidam em estreita relação com o desenvolvimento econômico e a construção dessa nova sociedade comercial. Portanto, o entendimento das distribuições das peças no espaço e no tempo, a decodificação dos significados das superfícies são elementos essenciais para compreensão da paisagem e entendimento de suas narrativas visto que é pela paisagem que o sujeito se reconhece.

Conforme Alvarenga (2017), a existência da Belle-époque parnaibana durante o período de modernização urbana coincide com o ápice da economia extrativa (SILVA, 2012), embora exista também um outro lado desse desenvolvimento que perpassa a miséria e a prostituição da época, registrado em diferentes relatos.

No caso da modernização urbana de Parnaíba, a exclusão pode estar relacionada à percepção de que esse processo gerou no imaginário popular a existência de pelo menos duas cidades: uma era aquela calçada, de palacetes à europeia, de gente fina e escolarizada, de praças arborizadas, onde a elite desfilava todo o seu luxo e requinte; já a outra, sem calçamento, sem palacetes, sem praças, luxo ou requinte, era a cidade não da elite, mas da gente pobre, daqueles que foram gradualmente empurrados para áreas periféricas. Esta cidade singular, e ao mesmo tempo múltipla, ensejou uma intrincada rede de relações onde os indivíduos passaram a ser identificados a partir de lugares distintos e de experiências conflitantes que acabaram traduzindo-se na própria produção social e nas maneiras de existir. (Silva, 2012 p. 79).

Nas mudanças urbanas em Parnaíba, a ênfase recai sobre a escolha do ecletismo como estilo preponderante por ser esse estilo um dos mais adaptados a contornar as transformações da vida da cidade. Com ancoragem histórica, o ecletismo proporciona uma identificação de repertórios instituintes do presente, além de legitimar o legado do passado. O entendimento de mundo encontra-se ancorado no repertório estético da arquitetura, a fim de materializar a modernidade nas edificações, fixando os indivíduos e integrando espaços.

⁷ Para saber mais sobre a historiografia da Praça da Graça ver I. M. Rodrigues. Praça da graça em Parnaíba: transformações urbanísticas durante o Regime Militar (1964-1985). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Teresina: UFPI, 2014.

Sobre a relação entre a Belle Époque e as remodelações urbanas, sobretudo em razão da escolha pelo estilo arquitetônico eclético em Parnaíba, Melo (2011, p. 73) pontua:

O Eclétismo não só atingiu as novas edificações, mas também as construções mais antigas da cidade. Parnaíba, ao vivenciar também a Belle Époque, quis se modernizar e as transformações sofridas foram visíveis na arquitetura, inclusive a partir do núcleo mais antigo da cidade, a região do Porto das Barcas, onde algumas edificações coloniais sofreram modificações e receberam elementos ecléticos.

Nesse cenário, muitas casas foram edificadas ou reformuladas conforme o estilo eclético. A arquitetura regional da terra natal dos estrangeiros era objetificada nas novas construções da cidade, tornando o desconhecido mais familiar aos novos residentes. Por isso, viu-se despontar pela cidade edificações como chalés de influência francesa e alemã, a exemplo da construção da figura 01, localizada na Av. Getúlio Vargas.

Figura 1. Edificações ecléticas à Av. Getúlio Vargas.



Fonte: IPHAN, [194?].

Isso auxiliava na criação de uma atmosfera cosmopolita e de prosperidade cultural e econômica. O estilo eclético interfere não apenas nas edificações, mas também no desenho urbano, incluindo o traçado de logradouros como a Praça Santo Antônio e seu entorno (Melo, 2011).

Essas remodelações foram intensamente registradas pela imprensa local, em que prevalecem as narrativas e representações desse momento de prosperidade e riqueza nas publicações da época. A exemplo disso, tem-se nas edições do Almanaque da Parnaíba, indicações sobre a “Parnahyba Moderna”, com suas edificações e remodelamentos e a “Parnahyba que progride”, entre outras narrativas. Para Melo (2011), a própria existência do Almanaque da Parnaíba, publicado pela primeira vez em 1924, demonstrava o desenvolvimento econômico local.

Segundo Sousa (2018, p.143):

Os Almanques eram recheados de fotografias que criavam uma imagem modernizadora de Parnaíba, com seus palacetes esbanjando um ar de sofisticação e uma aura de poder econômico, acentuados com instantâneos de personalidades da elite local. Os prédios públicos também sofreram mudanças com a construção de novas instituições e a demolição dos antigos. A cidade foi, aos poucos, cedendo às pressões sociais de uma elite desejosa de uma nova cidade moderna, com suas praças arborizadas e limpas. É possível perceber, ao longo das publicações entre 1924 e 1941, uma mudança considerável na moda, no lazer, na política, na religião e na economia. (Sousa, 2018, p.143)

O editorial trazia importantes recorte dos modos de vida e interesses da classe dominante, embora nele também se verifique registros de uma realidade urbana antagônica, como pode ser observado no trecho do poema “Progressos” de Lívio Castello Branco publicado em 1927 (p. 20):

*Parnahyba progruide...! Acorda o foot-ball.
De dansas se organiza um club colossal!
O cinema atingindo o máximo ideal,
Um prédio construiu brilhante como um soll!*

*O Auto ou caminhão não teme um caracol
Das ruas da cidade e corre triumphal.
Fundou-se um restaurant, correto, especial
Onde se vê o povo, o verdadeiro escol!*

*Da moda ou “bataclan”, se cuida com desvello
Uma estrada de ferro invade o sertão nú
Ligando o littoral ao centro em um só elo*

*Não deixamos, porém, de ser “jeca tatu”
Porque também progride o velho pesadelo
Do porto em abandono e secco, o Igarassu!...*

A representação de abertura econômica, prosperidade e diálogo internacional ocorrida em Parnaíba é reforçada para além da capital e do estado do Piauí como se observa no texto que leva parte do título de abertura desse item: “Parnaíba – Norte do Brasil”, escrito por João da Parnaíba e publicado no Almanaque da Parnaíba na edição do ano de 1933. Nele o autor explica que o endereçamento de cartas e mercadorias para Parnaíba deveriam ter como destinatário a expressão “Parnaíba – Norte do Brasil”. Embora o autor explique a necessidade do endereçamento dessa forma se devia apenas para evitar extravios de mercadorias, reforça que seu uso causava mal-estar entre as esferas administrativas locais, como ressalta no trecho a seguir:

Da Inglaterra é muito difícil um extravio de correspondência porque toda ela traz um endereço de Parnaíba – Norte do Brasil. Por esse motivo os comerciantes importadores que não desejam ficar prejudicados nos seus negócios, puseram nos timbres de suas cartas e envelopes o mal interpretado ‘NORTE DO BRASIL’. Também já houve quem mandasse imprimir cartões de visita com idêntica nota; não para menoscar de Teresina e muito menos do Estado do Piauí, mas por uma razão de ordem comercial, econômica, progressista, inteligente e justificável. (Da Parnaíba, 1933, p. 159).

Outro evento relevante ao desenvolvimento econômico e construção da paisagem urbana local foi a instalação da estrada de ferro que unia Parnaíba ao porto de Amarração (localizado no município vizinho de Luís Correia, antiga Amarração). A obra iniciou-se em 1915 e foi inaugurada em 19 de novembro de 1916 (Rego, 2010). Sua principal função era de potencializar o escoamento de mercadorias do Estado. Posteriormente ampliada à outras cidades do interior, a ferrovia é um marco de desenvolvimento urbano e econômico, ambientando espacialmente uma importante região do centro histórico onde encontravam-se as edificações necessárias à sua administração e funcionamento.

Após esse intenso período de desenvolvimento e influenciada pelos direcionamentos nacionais de progresso que ocasionaram o declínio da navegação fluvial e ascensão do rodoviarismo no Brasil, junto aos reflexos das mudanças econômicas mundiais no período pós Segunda Guerra Mundial, Parnaíba passa por um período de estagnação econômica (Melo, 2011).

Os efeitos da retração econômica são sentidos na paisagem. De um lado, o fim do ciclo de desenvolvimento econômico pautado na navegação e no comércio extrativista proporcionou a permanência material dessa prosperidade, evidenciada através de suas edificações e desenho urbano. Por outra perspectiva, o fato de a ambiência permanecer imutável contrariando as expectativas desenvolvimentistas que permeavam a segunda metade do sec. XX, acentuou a transformação, remodelação e substituição de várias construções e também logradouros públicos na busca pelo progresso.

Parnaíba, sem um desenvolvimento industrial expressivo e com um comércio varejista tímido, perde muito da sua força econômica enquanto a capital, Teresina, passa a gerar a maior parte da receita e população do estado. Isso porque a posição geográfica de Teresina era melhor para o transporte rodoviário dada a convergência das estradas para lá (Tajra & Tajra Filho, 1995).

As décadas de 60 e 70 no Piauí são marcadas por investimentos em infraestrutura principalmente na capital, Teresina (Tajra & Tajra Filho, 1995). Em Parnaíba, destacam-se a construção da ponte Simplício Dias da Silva na década de 70, que alterou morfológica e paisagisticamente a região do Porto das Barcas e a transformação da Praça da Graça em 1979, causando rupturas na paisagem e nas relações de memória e identidade do local.

No que concerne a instalação da ponte, além de alterar a apreensão da cidade e modificar a conformação urbana existente, alterando inclusive espaços de apropriação social, permitiu a exploração do litoral, inserindo a cidade no desenvolvimento turístico que começava a ser trabalhado no Estado com a criação da PIENTUR (Empresa de turismo do Piauí S/A) em 1971. A ponte possuía função de escoar a produção agrícola e pesqueira para o núcleo urbano e auxiliar no fluxo de pessoas, especialmente de trabalhadores (Sotero & Perinotto, 2016).

A reforma da Praça da Graça acarretou, além da alteração de traçado que unificou os dois largos existentes, as transformações e substituições dos exemplares do entorno agora traziam novas formas de ocupação do lote e estilos arquitetônicos. Os exemplares ecléticos foram sendo substituídos por edificações de estilo modernistas, fachadas foram alteradas e edificações de múltiplos pavimentos romperam a horizontalidade da paisagem. O declínio econômico também ocasionou a desvalorização de zonas como a região do porto das barcas e galpões portuários, fechamento de indústrias e acelerou o processo de esvaziamento da área histórica.

Nos anos de 1980, verificou-se um incremento no desenvolvimento urbano a partir das políticas de desenvolvimento habitacional que ocorriam em âmbito nacional. Destaca-se o crescimento da cidade e a criação de novos bairros para além do centro histórico, principalmente na porção leste do município (Barcellar, 1997).

A estagnação econômica vivenciada no Brasil a partir da segunda metade do séc. XX, na contramão do crescimento que acontecia contemporaneamente mundo a fora colaborou para a construção de uma representação nostálgica do desenvolvimento econômico do início do século, evidenciado e registrado através de narrativas encontradas nas publicações da segunda metade do sec. XX. Sobre isso Alvarenga (2017, p. 200) coloca:

Por isso, a nostalgia é um espectro muito forte nessa literatura que vai se constituindo no caminho de ferro desativado; nas águas que já não possuem a função de ser a estrada líquida através da qual flutuavam o desenvolvimento e o progresso; nas ondas do rádio que já não se expandem mostrando o avanço técnico e a modernidade do parnaibano à outras partes do Estado; na decadência da arquitetura urbana de estilo neoclássico que evidenciava o bom gosto e a civilidade da elite local; nas ausências das antigas festas comemorativas [...]. (Alvarenga, 2017, p. 200).

Dessa forma, tradicionalmente encontra-se nas pesquisas locais e na construção da historiografia parnaibanas críticas à essa ruptura econômica em tom de lamento coletivo (Alvarenga, 2017). Entre os motivos para estagnação econômica são constantemente apontados a ausência de um Porto na cidade vizinha de Luís Correia (antes denominada Amarração), desejo antigo já expresso no sec. XIX (Mendes, 2008) e que até a atualidade não foi realizado, além de um suposto isolamento político, como verifica-se no trecho:

A falta de manutenção de um serviço regular de transporte aéreo e a não conclusão do porto marítimo de Luís Correia, que seria a redenção econômica de Parnaíba e, por extensão, do próprio estado do Piauí, na prática, evidenciam sinais da fragilidade de sua economia, bem como a de sua representação política no cenário nacional. (Ferraz, 2017, p.63).

A partir do final da década de 1980 e início dos anos de 1990, o desenvolvimento econômico do Piauí passa a se alicerçar no setor de serviços, o que altera a configuração de produção e as relações de consumo locais. A população do estado deixa de ser rural e passa a ser definitivamente urbana. Há uma concentração de renda e desenvolvimento na capital, Teresina. Em 1994 a capital piauiense concentrava 75% da atividade e econômica do Estado e 24% da população do Piauí. (Tajra, Tajra Filho, 1995). Parnaíba contava com uma parcela pouco expressiva desse desenvolvimento.

Em 1995 foi criada a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. O ecoturismo começava a se desenvolver e era visto como alternativa de desenvolvimento econômico local. Também se verificam iniciativas de recuperação do patrimônio histórico pela PRODETUR (Programas Regionais de Desenvolvimento do turismo) (Sotero & Perinotto, 2016).

Com a proteção federal do tombamento, a vocação turística do município tornou-se ainda mais evidente. Algumas construções do centro histórico foram reformuladas para abrigar hotéis de charme, uma categoria recente do turismo de luxo que dialoga diretamente com áreas históricas e culturais ou museus. Também surgiram restaurantes onde antes se localizavam os armazéns comerciais do porto. As residências da av.

Getúlio Vargas gradativamente deram lugar à clínicas e pontos comerciais. Novas centralidades foram desenvolvidas e a região do centro histórico, com muitas edificações vazias e abandonadas perdeu parte do protagonismo de outrora, tanto nos locais de apropriação social quanto nos setores de desenvolvimento econômico.

5. COSIDERAÇÕES FINAIS

Essa sinopse acerca do desenvolvimento econômico da cidade de Parnaíba auxilia na compreensão da construção da paisagem história urbana local até o momento de seu tombamento. Nela pode-se perceber algumas de suas permanências, rupturas, representações e narrativas. Isso porque, entende-se a paisagem como um repositório de tempo e valores de cada geração insere na região (Berleant, 1997). Dessa forma, foi essencial escrutinar como se produziram e qual a evolução das representações sociais dessa paisagem, na busca pelo seu entendimento.

Em seu desenvolvimento, a região do centro histórico parnaibano abrigou dinâmicas culturais e econômicas, logo, o capital cultural da cidade aparece refletido nas edificações, em suas formas, tessituras, simbologias e significados. Os edifícios e monumentos também espelham as relações econômicas ali acontecidas e que influenciaram diretamente no aspecto formal e ambiência da cidade, na espacialização da memória e constituição de relações identitárias ao longo dos anos.

Entretanto, o espaço cotidiano local abriga um patrimônio sede de uma dinâmica econômica não mais existente na contemporaneidade. A aparente estagnação econômica pela qual a cidade passou na segunda metade do sec. XX contribuiu para preservação dos bens até o período do tombamento (IPHAN, 2008).

Após o ato de tomar, observou-se um crescente afastamento entre o capital econômico e capital cultural no território. Não se verifica, por parte das camadas sociais privilegiadas, uma valorização ou um olhar potencial para esse patrimônio de valor cotidiano tão relevante. Tal resultado encontra-se refletido no esvaziamento dos imóveis, abandonados, aliados à uma ampla degradação social e econômica nos perímetros de tombamento e entorno. Há uma ausência de apropriação social do capital cultural que se encontra disponível e imbricado nas construções locais por parte dos cidadãos. Outras centralidades e novos locais de desenvolvimento cidadão despontam para além do perímetro que antes sediou os principais acontecimentos urbanos. O centro histórico torna-se então um espaço não ativo e marginalizado justamente por influência da sua proteção.

O patrimônio tem o poder e também missão de refletir os valores culturais existentes de um grupo e constitui-se de um capital cultural produzido, acumulado, dotado de significação e constantemente reinterpretado ao longo do tempo. Os valores são evocados pelas memórias coletivas e lembranças que determinado bem provoca em determinada sociedade. Isso porque a vida cotidiana não pode ser dissociada de sua ambiência espacial e as práticas sociais encontram-se vinculadas ao capital cultural expresso no patrimônio.

É preciso reforçar que para que a memória coletiva se forme existe algum senso de unidade, pertencimento. Sem essa vinculação a sustentabilidade desse capital e sua (re) significação são colocados à prova, tal qual como o observado no caso de Parnaíba. Embora possua potencial para restabelecimento dessa relação entre história e memória, o adormecimento da vida cotidiana nas ruas e construções patrimoniais parnaibanos enfraquece essa relação e faz com que, à semelhança de muitas intervenções no Nordeste brasileiro, essa ressignificação seja mais ficcional do que propriamente de uso cotidiano. Isso porque frequentemente edificações são pontualmente restauradas para transformar-se em museus, bares e restaurantes, usos que não refletem os valores da memória coletiva ali desenvolvidos. Preservam-se as construções, mas a força simbólica necessária para preservação da memória e manutenção da identidade local se esvai. Dessa forma, o risco de destruição desses patrimônios é ampliado.

Em Parnaíba, verifica-se esse esvaziamento de significado e experiência histórica e cultural dado o estado de abandono em que se encontra parte do patrimônio salvaguardado. Muitas edificações encontram-se sem uso, portanto, deixam de sediar a vida cotidiana e por consequência as práticas sociais que produziram ali algum significado. Dessa forma, tem-se um patrimônio esquecido, que funciona como estoque de território, dissociado da sua dimensão simbólica. De maneira oposta, a salvaguarda também é prejudicada pelo uso muitas vezes incompatível com as restrições legais às quais essas edificações atualmente encontram-se sujeitas.

Esse tem sido o grande desafio da contemporaneidade: a permanência e continuidade da dimensão simbólica do patrimônio histórico urbano, ou seja, daquele patrimônio próprio da tessitura das cidades. Os estudos no sec. XXI e nas sociedades plurais e híbridas intencionam melhor compreender as dinâmicas sociais existentes em um dado momento histórico, seja ele passado ou presente a fim de planejar o futuro, e, no caso do estudo de sítios históricos como o de Parnaíba, entender os mecanismos capazes de proporcionar sua passagem no tempo de maneira contextualizada e funcional.

4. Referências

- Almanaque da Parnaíba. (1995). Parnaíba: Sieart.
- Alvarenga, A.V. M. (2017). Parnaíba Historiografada: da cidade projetada à cidade habitada. *Vozes, Pretérito & Devir*. Ano IV, Vol. VII, No 1.
- Arantes, A. A. (2006). O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus* 4(1) 425-435. Goiânia.
- Barcellar, O. I. B. (1997). Observações sobre o Piauí. In *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba: Academia Parnaibana de Letras, n. 64.
- Bauer, M. (2016) On (Social) representations and the iconoclast impetus. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, & J. Valsiner. *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bauman, Z. (2012). *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Berger, P., & L. Luckmann, T. (2008). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Berleant, A. (1997). *Living in the landscape. Toward an Aesthetics of Environment*. Kansas: University Press of Kansas.
- Berque, A. (2004). Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultura. In R. L. Correa & Z. Rosendahl. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Canclini, N. (2015). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp.
- Castello Branco, L. Progressos (1927). In *Almanaque da Parnaíba para 1927*. Belém: J. B. dos Santos & Comp.
- Castells, M. (2016). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra.
- Cavalcante, A. M. (2021). *A moradia urbana do Piauí no sec. XIX*. 2021. Tese (Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Carlos (SP) Brasil.
- Chartier, R. (1990) *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- Chauí, M. (2008) Cultura e democracia . In: *Crítica y emancipación* : Revista latino-americana de Ciências Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO.
- Choay, F. (2009). *A alegoria do patrimônio histórico*. tradução de Luciano Vieira. São Paulo: Editora Estação da Liberdade.
- Choay, F. (2011). *As questões do patrimônio: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Correa, R. L., & Rosendahl, Z. (2004). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Cosgrove, D. (2004). A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In R. L. Correa & Z. Rosendahl. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Cruz, R. C. (2007). *A Geografia do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca.
- Da Parnaíba, J. (1933). Parnaíba – Norte do Brasil. *Almanack da Parnahyba*. 10 ed. Fortaleza: Renascença.
- Dollfus, O. (2004). Comentário: A produção do meio. In R. L. Correa & Z. Rosendahl (2004). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Duveen, G. (2015). O poder das ideias. In S. Moscovici. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Farr, R. (2013). Representações sociais: a teoria e sua história. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Ferraz, F. B. (2017). Influencia economica no avançocultural em Parnaíba e o resgate de seu almanque. *Almanaque da Parnaíba*. 70 ed. Parnaíba: Sieart.

IBGE (2018). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Indicadores Sociais Municipais.

IPHAN (2008) *Piauí tem três bens promovidos a patrimônio cultural brasileiro*. 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2101>. Acesso em março de 2019.

IPHAN (s./d.). *Patrimônio Material – PI*. [2011?]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/563>. Acesso em março de 2019.

Jodelet, D. (2017) *Representações sociais e mundos de vida*. Curitiba: PUCPRESS.

Lahlou, S. (2016) Social representations and social construction: the evolutionary perspective of installation theory. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell & J. Valsiner (2016). *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Laraia, R. B. (2017). *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lefebvre, H. (1991). *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática.

Lefebvre, H. (1983). *La presencia y la auséncia*. Contribucion a la teoria de las representciones. México: Fondo de Cultura.

Lopes, M. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Maffesoli, M. (1995). *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.

Melo, N. B. A. L. (2011). *O ecleitismo parnaibano: hibridismo e tradução cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX*. 2011. Dissertação (Programa de pós graduação em História) Universidade Federal do Piauí, Teresina (PI) Brasil.

Mendes, I. (2008). *Porto de Luís Correia: histórico de um sonho*. Parnaíba: Sieart.

Minayo, M. (2004). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec.

Moliner, P., & Abric, J. C. (2016). Central Core Theory. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell & J. Valsiner. (2016) *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

Moura, C. (2009). O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. *Filosofia Unisinos* 10(2): 157-173. DOI 10.4013/fsu.2009.102.03

Paiva, R. A. (2016). Os ícones urbanos arquitetônicos. In H. C. Vargas & R. A. Paiva (Org.) (2016). *Turismo, arquitetura e cidade*. Baueri, SP: Manole.

Pereira, D. (2016). Cidade, patrimônio e território: as políticas Públicas federais de seleção no Brasil do Século XXI In *Rev. CPC*, São Paulo, n. 21, p. 36-70, jan./jul. 2016.

Potteiger, M., & Puriton, J. (1998). *Landscapes narratives: design practices for telling stories*. New York: John Wiley & Sons.

Rego, J. M. A. N. (2010). *Dos sertões aos mares. História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese (Programa de Pós Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

Sammut, G., Andreouli, E., Gaskell, G., & Valsiner, J. (Eds.) (2016). *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sammut, G. (2016) Attitudes, social representations and points of view. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, & J. Valsiner (2016). *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Santos, M. (2007). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (4a. ed., 2a. reimpr.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – (Coleção Milton Santos; 1).

Santos, M. (2016) *O Brasil: territórios e sociedade no início do sec. XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Sauer, C. (2004). A morfologia da paisagem. In R. L. Correa & Z. Rosendahl. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Serrão, A. V. (2005) Pensar a Natureza a partir da Estética. In XIX Encontro de Filosofia, A ética e os desafios do mundo contemporâneo. *Anais [...]* Edição APF – Associação de Professores de Filosofia.

Silva F., O. P. (2007). *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. BH. Rona. 3 vol.

Silva, J. (2012). *Parnaíba e o Averso da Belle Epoque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*. (dissertação de mestrado). Mestrado em História do Brasil, UFPI. Teresina.

Simão, M. C. R. (2006). *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autentica.

Sotero, J. A., & Perinotto, A. R. C. (2016). Análise histórica da comunicação turística em Parnaíba/PI: o poder público em questão. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, volume 13, agosto de 2016.

Sousa, C. S. N. (2018). *Almanack da Parnahyba: desejo de modernidade sob o véu da barbárie em Parnaíba – Piauí (1924-1941)*. 2018. Tese (Programa de pós graduação em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

Tajra, J. E., & Tajra Filho, J. E. (1995). O comércio e a indústria no Piauí. In. R. N. M. Santana (Org.) *Piauí: Formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: Halley.